

## **Guerra como estratégia: Contatos entre Akwen e luso-brasileiros na Capitania de Goiás (1749 – 1811)**

Cleube Alves da Silva  
Mestrando em História - UFMS - Campus de Dourados - MS  
Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação - Fundação Ford

### **1. Introdução**

Tínhamos no século XVIII na região tocantínia a divisão central os povos indígenas da família lingüística Jê, do tronco Macro-Jê, chamados Akwen, que eram constituídos pelos Xakriabá, Akroá, Xavante e Xerente, todos falantes de variantes da mesma língua. Os domínios dos Akwen abrangiam as duas margens do Rio Tocantins no centro, sul e sudeste do atual estado do Tocantins, estendendo-se ao sul do Piauí, ao oeste da Bahia e ao noroeste de Minas<sup>1</sup>.

Neste trabalho, utilizando-se da etnohistória - um método multidisciplinar que possui elementos metodológicos da antropologia e da história, com interfaces com a arqueologia, a etnografia, a lingüística entre outras áreas do conhecimento - pretende-se apontar como os Akwen, em um contexto de contato com o conquistador, utilizaram-se da guerra como uma estratégia para o embate com os invasores de seu território. Aponta-se como estes grupos indígenas estabeleceram alianças entre si e com os conquistadores dentro da dinâmica dos acontecimentos e como essas alianças tornaram-se elementos do universo indígena.

### **2. A ocupação de conquista da Capitania de Goiás**

A população não-indígena que adentra a região goiana nas décadas iniciais da conquista (1720-1730) transforma o meio. Proporciona o surgimento de aglomerados urbanos e a conquista parcial da terra dos povos indígenas. Esta população, composta basicamente de mineradores, médios e pequenos proprietários rurais, eclesiásticos, administradores coloniais, soldados e escravos, estava em permanente contato com a população indígena.

No processo de conquista, a população não-indígena estava em constantes deslocamentos de uma localidade para outra, era direcionada pela prosperidade e/ou pobreza dos veios auríferos. Estes deslocamentos proporcionavam a população uma dinâmica de movimentação singular, com constante avanço sobre o território antes exclusivamente ocupado pelos povos indígenas. Neste contato, teve os povos indígenas que construir novas estratégias para conviver com estes novos personagens inseridos em seu espaço territorial. Entre estas estratégias, estava a guerra.

### **3. Os Akwen e a Região Norte da Capitania de Goiás**

#### *3.1. Os Akroá e os Xacriabá*

O contato destes povos com o conquistador minerador, em Goiás, iniciou-se logo que este último resolveu buscar ouro descendo o rio Tocantins. Temos, no entanto, informações de que os Akroá já travavam longa luta contra os criadores de gado do sertão do Piauí desde o final do século XVII.<sup>2</sup>

Em Goiás têm-se notícias dos Akroá em 1744 e, onde estes, desde o ano anterior, já atacavam as povoações (todas originadas com descoberta de minas de ouro e localizadas em território tradicional indígena) de Remédios, São Felix, Natividade. Tais ataques seguiam-se também, a Terras Novas e Paranã<sup>3</sup>.

Em 1751, Marcos de Noronha, Governador e Capitão-General de Goiás, informa que após Antonio Gomes Leite ter acertado uma capitulação com os Akroá, estes índios teriam se rebelado, pois os “brancos” não haviam cumprido os termos da capitulação. Teriam lhes atacado, matado vários, além de escravizarem muitos deles. “Daí, esta nação continuar atacando os arraiais” de Natividade, Remédios, Terras Novas e Paranã “matando brancos e negros, destruindo roças e roubando gado”<sup>4</sup>.

Segundo o cartógrafo Francisco Tossi Colombina, os Akroá teriam sido vencidos pela bandeira de Wenceslau Gomes da Silva, que teria lhes aldeado em São Francisco Xavier do

Duro em 1751<sup>5</sup>. Sabe-se também que, por uma procuração, Gomes da Silva, encarrega José Antonio Pereira da Silva, da prestação, junto à Fazenda Real, das despesas realizadas por ele com o estabelecimento e sustentação das aldeias de Formiga e Duro para os índios Akroá e Xacriabá<sup>6</sup>.

Os Xacriabá, por sua vez, ao que tudo indica, estiveram em pelejas bélicas com os conquistadores sendo persuadidos, por Wenceslau Gomes da Silva, em 1751, sendo aldeados em São José do Duro<sup>7</sup>. No final, entretanto, de 1755, enquanto uma parte dos Xacriabá está aldeada no Duro, outra efetua ataque aos arraiais da norte da Capitania de Goiás<sup>8</sup>. Esta situação aponta um abandono do aldeamento ou o não *convencimento* de se aldear de parte deste povo indígena.

O Governador e Capitão-General de Goiás, Álvaro Jose Xavier Botelho de Távora, em carta de 8 de outubro de 1757 ao rei D. José, informa que, em 12 de abril deste ano, os Akroá e os Xacriabá teriam se sublevado contra o regime de aldeamento, possivelmente por não concordarem com a administração. Estes, porém, não tinham atacado nenhuma povoação da região mantendo-se em sossego. Informa, entretanto, da formação de uma bandeira para *redução* dos mesmos indígenas. Em dezembro de 1760, carta do Governador de Goiás, João Manoel de Melo, ao rei D. José, expressa a preocupação com os ataques e mortes causados pelo Akroá e Xacriabá<sup>9</sup>.

Os Xacriabá e os Akroá estiveram unidos durante muito tempo até que, em 1762, após atacarem os arredores de Paranã, os dois povos se desentendem e, numa briga, muitos xacriabás são mortos por akroás. Depois deste acontecimento os Xacriabá uniram-se a uma bandeira que os não-indígenas formavam para combater os Akroá<sup>10</sup>. Assim a aliança que antes era estabelecida com um povo indígena, passa a ser feita com o conquistador para atender a necessidade de combater os mais novos inimigos.

Já outros grupos Xacriabá e Akroá permaneceram aldeados juntos em São José do Duro até 1773, quando, após uma revolta, os Akroá são transferidos para São José de

Mossâmedes e os Xacriabá são levados para o aldeamento de Santana do Rio das Velhas<sup>11</sup>.

As indicam que os Akroá e os Xacriabá estiveram, no século XVIII, sempre divididos em dois grupos: o *primeiro*, formado por aqueles que decidiram manter um convívio pacífico permanecendo nos aldeamentos; e um *segundo*, constituído por aqueles que fugiam dos aldeamentos e da aceitação de um modelo de convivência social desenvolvido e aplicado pelos conquistadores na frente de expansão da Capitania de Goiás. Modelo que não respeitava seu modo de vida, sua cultura.

Tanto a fuga, quanto o enfrentamento bélico, usados como estratégias de sobrevivência no contato, provavelmente terão origem em eventos como o relato pelo Governador D. Marcos de Noronha em 1751, citado anteriormente neste artigo. O rompimento de pacto pelos conquistadores sempre gerou reações da parte dos indígenas.

A última informação que temos sobre os Akroá data de 1823. Naquele ano, eram apenas quarenta e nove pessoas vivendo em São José do Duro<sup>12</sup>. Este povo foi extinto durante o percurso da conquista de Goiás pela população não-indígena.

Os Xacriabá, após muita luta e resistências, conseguiram sobreviver, apesar das inúmeras perdas, inclusive de sua língua, e habitam hoje a região nordeste do estado de Minas Gerais.

### 3.2. Os Xavante e os Xerente

Na área que abrange os atuais municípios tocantinenses na margem esquerda do médio rio Tocantins, desde Peixe e Alvorada, passando por Crixás, Fátima e Cristalândia, indo até a altura de Guaraí, habitaram os Xavante.

Já os Xerente ocupavam os terrenos que se estendiam das atuais cidades de Santa Rosa, Ipueiras, Porto Nacional, passando por Lageado, Tocantínia até Pedro Afonso, na margem direita daquele rio. Mas há notícias de que os Xerente habitavam as duas margens

do rio Tocantins<sup>13</sup>. Considerados por muito tempo com um só povo, os Xavante e os Xerente, são falantes de variantes dialetais da língua Akwen<sup>14</sup>..

O contato entre os Xavante e Xerente e os conquistadores inicia quando começa a mineração em Natividade (1732) e Pontal (1738). Mas, apesar de alguns conflitos esporádicos, será na segunda metade do século XVIII, quando com a mineração está em decadência e os conquistadores adentram o território indígena em busca de novas minas ou procurando desenvolver a navegação do rio Tocantins que os piores conflitos virão.

A primeira notícia que encontramos de embate travado no contato destes povos indígenas com os conquistadores, é uma bandeira organizada para combater os Xavante em 1762<sup>15</sup>. Não se tem dados sobre o resultado desta bandeira. Em 1765 uma nova expedição é formada com o mesmo objetivo. Esta ataca uma aldeia Xavante matando inúmeros índios. Já em 1767, uma outra bandeira, formada por habitantes de Pilar, saiu para combater os Xavante, porém sem muito sucesso<sup>16</sup>.

Neste tempo, eram presentes os ataques dos Xavante às regiões de Tesouras, Crixás, Pilar, Natividade. Ataques que continuaria a acontecer de forma sistemática conforme pode-se constatar em relatos feitos pelos Governadores da Capitania de Goiás, José de Almeida Vasconcelos, em ofício de 20 de junho de 1774, e Luís da Cunha Menezes, em ofício de março de 1780,<sup>17</sup> ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, pelos quais estes informam sobre “os repetidos ataques e mortes” e “hostilidades” praticados pelo Xavante.

Estas *hostilidades* ainda aconteciam em 1784, quando o Governador Tristão da Cunha Menezes, afirma serem enormes os ataques realizados pelos Xavante na repartição norte da província. Este Governador dá notícia da constituição de uma bandeira formada por soldados da Companhia de Pedestres para combater os Xavante, obtendo pouco sucesso, pois só captura uns poucos índios. Nesta empreitada, além dos soldados da Companhia de Pedestres, em número de quarenta, armados e municados, faziam parte da bandeira quarenta índios Kayapó da aldeia Maria I<sup>18</sup>.

Outra expedição organizada contra os Xavante, em 1787, também teria alcançado resultados irrisórios, retornando a capital da província com uns poucos índios. Não há informações se tal *conquista* se deu pela força ou por convencimento. É sob o comando do Governador Tristão da Cunha Meneses que acontecerá, em 1788, a *conquista* dos Xavante, sendo estes aldeados em Pedro III ou Carretão, em um número, estimado, de três mil pessoas<sup>19</sup>.

Informações a respeito dos Xerente surgem na documentação enviada, em 1786, por José Rodrigues Freire, Tenente de Cavalaria da Guarnição de Goiás, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, dava notícia sobre a formação de uma bandeira composta de quarenta Kayapó e dezoito Akroá que, seguiram rumo aos Xavante e Xerente<sup>20</sup>.

A associação na denominação entre Xerente e Xavante, passa a ser definida separadamente apenas a partir do aldeamento do Carretão. Será no do início do século XIX que os Xerente passam efetivamente a estabelecer contato com os conquistadores, na expansão agro-pastoril da Capitania de Goiás e nas tentativas de desenvolvimento da navegação pelo rio Tocantins.

O processo do contato dos Xavante diferencia-se daquele verificado com os Xerente.

Durante o contato os Xavantes apresentam maior constância no conflito bélico fazendo, por fim, a opção de se retirarem para o interior, indo habitar a região da cabeceira do rio das Mortes, atual Estado de Mato Grosso. Resistiram aos contatos até a metade do século XX.

Os Xerente permaneceram em contato constante. Conforme já argumentamos em outro trabalho (2002)<sup>21</sup>, aldeados, os Xerente sofreram grandes influências do conquistador. Entretanto, mostraram-se resistentes com a sua cultura, principalmente com sua língua, e na sua luta pela permanência de seu território, que só será definitivamente demarcado no

último quarto do século XX: no ano de 1972, com a área Xerente; em 1991, com a área do Funil.

## 5. Conclusão

Vê-se que a ocupação do norte da Capitania de Goiás, não ocorreu de maneira linear, uniforme e pacífica e que os indígenas reagiram diante da nova situação. A resistência bélica dos indígenas, em especial os Akwen, esteve sempre presente entre as formas de reação.

Está resistência, no entanto, não se limitava a uma reação insensata e irracional, mas uma das maneiras de construir uma sobrevivência num contexto modificado com a chegada do conquistador. Esta consciência de ação é notada pela falta de unidade nas ações tomadas por cada povo no contato. Acertado é que a constituição de diversos grupos no seio de cada povo criava dinâmicas diferentes de contato. Dinâmica que criava a possibilidade de alianças entre povos para o combate ao conquistador, ou quando parecia mais interessante, aliava-se ao conquistador para combater outros povos.

## 6. Notas

---

<sup>1</sup> Nimuendaju, Curt. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*. Brasília: IBGE/MEC, 2002.

<sup>2</sup> Mott, Luis – História dos Índios Gueguê no Piauí. *Revista de Antropologia*, vols. 31/32/33, 1987/88/89.

<sup>3</sup> Carta de 22 de agosto de 1744, do Governador e Capitão General de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao Rei D. João V. Caixa 03. Doc. 252; Carta do Ouvidor de Goiás, Manuel Antonio da Fonseca, ao rei D. João V, de 25 de agosto de 1743. Caixa 03. Doc. 227; Carta de 23 de agosto de 1744, do Governador e Capitão General de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao Rei D. João V. Caixa 03 Doc. 254.

<sup>4</sup> Carta de 10 de fevereiro de 1751 do Governador Capitão General de Goiás, Conde dos Arcos, D. Marcos, Ao rei D. José. Caixa 06. Doc. 466.

<sup>5</sup> Escrito de Francisco Tossi Colombina, de 1753, sobre os índios Akroá e Xacriabá. Caixa 09. Doc.617.

<sup>6</sup> Procuração de Venceslau Gomes da Silva a José Antonio Pereira da Silva. 20 de outubro de 1754. Caixa 11. Doc. 669

<sup>7</sup> Giralдин, Odair. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In. \_\_\_\_\_. *A (Trans)Formação Histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG/Palmas: Unitins, 2002. p. 114.

<sup>8</sup> Ofício do Missionário das missões de Natividade, Padre José de Matos ao Governador e Capitão General de Goiás, D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora, em 25 de setembro de 1755. Caixa 13, doc. 763. Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora ao Secretário de Estad da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, em 12 de dezembro de 1775. Caixa 13, doc. 775.

---

<sup>9</sup> Carta do Governador e Capitão General de Goiás, D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora oi rei D. José 08 de outubro de 1757. Caixa 14. Doc. 865; Carta do Governador Capitão-General de Goiás, João Manuel de Mleo, ao Rei D. José. 29 de maio de 1760. Caixa 14. Doc. 983.

<sup>10</sup> Giralдин. Op. cit. p.115

<sup>11</sup> Giralдин. Op. cit. p. 115.

<sup>12</sup> Cunha Matos, R. J.. *Chorografia Histórica da Província de Goyaz*. Goiânia, Secretaria da Cultura. [1874] 1979: 356

<sup>13</sup> Nimuendaju, Curt, *The `Serente*, Los Angeles: The Southwest Museum, 1942. Mapa, p. 107.

<sup>14</sup> Giralдин. Op. cit. p. 117.

<sup>15</sup> Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 28 de dezembro de 1762. Caixa 18. Doc.1121

<sup>16</sup> Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 30 de março de 1765. Caixa 21. Doc.1274; Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 22 de junho de 1767. Caixa 23. Doc.1441.

<sup>17</sup> Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, José Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro. 20 de junho de 1774. Caixa 27. Doc.1776. Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Luis da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Março de 1780. Caixa 32. Doc. 1936.

<sup>18</sup> Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Tristão da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 17 de julho de 1784. Caixa 35. Doc. 2156. Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Tristão da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 10 de dezembro de 1784. Caixa 35. Doc. 2168

<sup>19</sup> Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Luis da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. 20 de junho de 1787. Caixa 36. Doc. 2228;Consulta do Conselho Ultramarino, à Rainha D. Maria I. 8 de abril de 1797. Caixa 39. Doc. 2443

<sup>20</sup> Ofício do Tenente de Cavalos da Guarnição de Goiás, José Rodrigues Freire, ao Secretário de Estado Marinha e Ultramar Martinho de Melo Castro. 20 de setembro de 1786. Caixa 36. Doc.2189

<sup>21</sup> GIRALDIN, Odair & SILVA, Cleube A. da. "Ligando Mundos: Relação entre Xerente e a Sociedade Circundante no Século XIX". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Série Antropologia*. Vol. 18 nº 1 julho de 2002.